REDE DE ENSINO DOCTUM – CAMPUS GUARAPARI/ES

IURY ALVES PETRI

JULIO DA SILVA CARVALHO FILHO

MARIANA ROSA RIBEIRO CHAGAS

MATHEUS ARARIBA DA SILVA

NATÁLIA DE ALMEIDA MIRANDA

**O USO INDEVIDO DA LEI MARIA DA PENHA POR
MULHERES: OS IMPACTOS SOCIAIS, JURÍDICOS E
NECESSIDADE DE MEDIDAS PREVENTIVAS**

GUARAPARI/ES

2024

IURY ALVES PETRI

JULIO DA SILVA CARVALHO FILHO

MARIANA ROSA RIBEIRO CHAGAS

MATHEUS ARARIBA DA SILVA

NATÁLIA DE ALMEIDA MIRANDA

**O USO INDEVIDO DA LEI MARIA DA PENHA POR
MULHERES: OS IMPACTOS SOCIAIS, JURÍDICOS E
NECESSIDADE DE MEDIDAS PREVENTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Rede de Ensino Doctum –
Campus Guarapari/ES, como requisito
parcial para a obtenção do título de
graduado em Direito.

Professor Orientador: Leonardo Vaine
Pereira Fontes

GUARAPARI/ES

2024

**O USO INDEVIDO DA LEI MARIA DA PENHA POR
MULHERES: OS IMPACTOS SOCIAIS, JURÍDICOS E
NECESSIDADE DE MEDIDAS PREVENTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Rede de Ensino Doctum
– Campus Guarapari/ES, como requisito
parcial para a obtenção do título de
graduado em Direito.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Guarapari-ES, dia de mês de 2024.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, Deus, obrigado pelos teus planos para minha vida, pois são sempre maiores que meus próprios sonhos.

Aos meus familiares, mãe, pai, tia e irmãos(as) que sempre acreditaram. Que colocaram um gostinho de que venceríamos essa etapa e fizeram com que eu mesmo(a) me desafiasse para que conseguisse deixá-los orgulhosos.

As pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que, certamente, tiveram impacto na minha formação acadêmica, tendo servido de inspiração para que não desistíssemos e acreditássemos nos nossos sonhos.

“A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.”

(Martin Luther King).

RESUMO

A Lei Maria da Penha foi instituída com o objetivo de salvaguardar a mulher contra a violência que ocorre no âmbito doméstico e familiar, estabelecendo medidas para proteger sua integridade ao afastar o agressor de seu convívio. Essa legislação trouxe diversas inovações, como a ampliação da definição de violência doméstica e familiar, a previsão de medidas protetivas para as vítimas, a criminalização de várias formas de violência dirigidas às mulheres, entre outras medidas. Com o decorrer dos anos, a referida Lei passou a ser utilizada por muitas mulheres. No entanto, em alguns casos, seu emprego não se dá de maneira justa. Algumas mulheres, por exemplo, aproveitam-se da oportunidade para promover a vingança. Neste trabalho, abordaremos essas situações em que mulheres se beneficiam indevidamente desta lei e, por consequência, da aplicação de medidas protetivas com propósitos incorretos e os prejuízos que esse uso inadequado acarreta, minando a confiança no sistema jurídico brasileiro e comprometendo a eficácia das leis de proteção contra a violência doméstica, que têm como principal objetivo a salvaguarda das mulheres nessas situações.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria da Penha; Uso indevido; Mulheres.

ABSTRACT

The Maria da Penha Law was established with the aim of protecting women against violence that occurs within the domestic and family sphere, establishing measures to protect their integrity by avoiding the aggressor from their lives. This legislation brought several innovations, such as expanding the definition of domestic and family violence, providing protective measures for victims, criminalizing various forms of violence directed at women, among other measures. Over the years, this Law began to be used by many women. However, in some cases, their employment is not fair. Some women, for example, take the opportunity to promote revenge. In this work, we will address these situations in which women benefit unduly from this law and, consequently, from the application of protective measures for incorrect purposes and the losses that this inappropriate use causes, undermining confidence in the Brazilian legal system and compromising the effectiveness of the laws of protection against domestic violence, whose main objective is the safety of women in these situations.

Key-words: Maria da Penha Law; Improper use; Wom

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O CONTEXTO HISTÓRICO DOS DIREITOS DAS MULHERES E O SURGIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA.....	9
3 APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA E SUA IMPORTÂNCIA JURÍDICA.....	12
3.1 DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.....	13
3.2 DO INQUÉRITO POLICIAL.....	14
3.3 DA AÇÃO PENAL.....	15
4 DAS FALSAS ACUSAÇÕES E O USO INDEVIDO NO DECORRER DOS ANOS.....	16
4.1 DOS ÍNDICES DAS FALSAS ACUSAÇÕES.....	17
4.2 O IMPACTO SOCIAL E JURÍDICO DAS DENÚNCIAS FALSAS.....	18
5 EFEITOS NEGATIVOS DO MAL USO DA LEI MARIA DA PENHA.....	19
6 MEDIDAS DE PREVENÇÃO CONTRA O MAU USO DA LEI MARIA DA PENHA E FORMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO.....	21
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se debruça em analisar e descrever brevemente as consequências advindas do uso indevido da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) por mulheres, apontando os impactos sociais e os desafios impostos ao sistema de justiça. Além disso, busca propor medidas preventivas para evitar que a lei seja desvirtuada, garantindo sua finalidade de proteger mulheres em situação de vulnerabilidade.

Esta pesquisa visa apresentar o marco histórico que foi a instituição da Lei Maria da Penha na luta contra a violência doméstica no Brasil e em como o mau uso da mesma implica diretamente a percepção pública sobre essa questão, contribuindo para sua descredibilização e banalização.

Relatando como consideração final os casos de uso malicioso da lei, como em disputas pessoais ou familiares, podem prejudicar pessoas inocentes e comprometer a credibilidade da legislação, dificultando o acesso à justiça para quem, de fato, precisa. Assim, este trabalho tem como objetivo identificar as consequências sociais e jurídicas das ocorrências do mau uso da referida lei, além de propor soluções educativas e preventivas para assegurar a utilização correta da Lei Maria da Penha, promovendo uma sociedade mais justa e equilibrada.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DOS DIREITOS DAS MULHERES E O SURGIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

A história dos direitos das mulheres é marcada por lutas ao longo dos séculos para conquistar igualdade de direitos e oportunidades em várias áreas da vida social, política e econômica.

Na antiguidade, as mulheres eram, em sua maioria, tratadas como propriedade ou um papel secundário em relação aos homens. Em muitas civilizações, como na Grécia e Roma, as mulheres eram privadas de direitos civis e políticos, não possuindo sequer o direito à educação. No contexto histórico da civilização ocidental e nas reproduções de sua estrutura política, as mulheres sempre foram vistas como dona do lar e reprodutora dos filhos, estando presente apenas para estas funções e sendo submissas aos homens.

É possível verificar que o gênero feminino era visto como vulnerável e sem voz na sociedade, possuindo uma desigualdade entre os homens e mulheres.

Com o Renascimento, entre os séculos XIV e XVI, surgiram pensamentos e ideias que permitiram algum questionamento sobre a posição da mulher na sociedade. Temos como exemplo algumas mulheres que começaram a se destacar por conta do seu intelectual, sendo o caso de Nísia Floresta (1810-1885), uma das primeiras feministas brasileiras.

No Brasil em 1932, apesar de possuir como condição a alfabetização, a mulher brasileira ganhou o direito de votar, uma conquista impulsionada por figuras como Bertha Lutz, uma das líderes do movimento sufragista no Brasil. No entanto, a partir da Constituição Federal de 1988 tudo começou a realmente mudar, as mulheres passaram a ter mais direitos, sendo vistas como iguais na lei perante os homens e como algo além do que a esposa e mãe, deixando de ser as únicas responsáveis pelos filhos, tendo também o pai responsabilidade igualitária. Foi nesse sentido que foi criado o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, onde nos traz que: “todos são iguais perante a lei”, ou seja, todas as pessoas, independentemente de sua classe social, origem, riqueza, posição e principalmente gênero, devem ser tratadas da mesma forma pelo sistema jurídico.

Cumprir mencionar, ainda, que a Constituição Federal de 1988 também incluiu o direito à licença-maternidade e à igualdade salarial, reconhecendo a mulher no mercado de trabalho de forma mais efetiva.

A Lei Maria da Penha, oficialmente conhecida como Lei nº 11.340/2006, é uma legislação brasileira que foi promulgada com o objetivo principal de prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela foi nomeada em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher brasileira que, após sofrer duas tentativas de feminicídio por parte de seu marido, ficou paraplégica e então tomou a iniciativa de denunciar o seu agressor, ora marido, se tornando uma importante ativista na luta contra a violência de gênero no país.

Apesar da violência sofrida, Maria da Penha, após a denúncia, se deparou com um cenário de total incredulidade e falta de apoio por parte da justiça brasileira, uma vez que, após 19 anos da prática do crime, é que, de fato, o autor dos episódios de violência finalmente foi preso.

Com o processo ainda em tramitação na Justiça, em 1994, Maria da Penha lançou seu livro “Sobrevivi... posso contar”, onde narra as violências sofridas por ela e por suas três filhas, Cláudia, Fabíola e Viviane. Após a divulgação do livro, com o apoio do Centro pela Justiça, do Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe Para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), Maria ofereceu denúncia sobre os fatos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Após a Comissão Internacional de Direitos Humanos se pronunciar para que o Estado brasileiro respondesse a um questionário formulado pela mesma e a inércia e omissão diante de quatro tentativas de obtenção de resposta mas todas sem êxito, em março de 2001, pela última vez, fora enviado ao Estado brasileiro o relatório da Comissão para cumprimento em um mês, conforme disposto no art. 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, todavia, mais uma vez o Estado brasileiro se manteve inerte.

Diante de todo o ocorrido, em 2002, o caso foi solucionado, quando o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Portanto, o Brasil teve que assumir o compromisso de reformular as suas leis e políticas em relação à violência doméstica contra as mulheres.

Aprovada em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha representa um marco na legislação brasileira no que diz respeito à proteção das mulheres em situações de violência doméstica e familiar. Antes de sua implementação, as medidas de proteção para as vítimas de violência doméstica no Brasil eram

insuficientes e muitas vezes ineficazes, sem contar no descaso da justiça brasileira.

A Lei Maria da Penha trouxe diversas inovações importantes, incluindo a definição ampliada do que constitui violência doméstica e familiar, a previsão de medidas protetivas para as vítimas, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a criminalização de diversas formas de violência contra a mulher, como a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Além disso, a Lei Maria da Penha estabeleceu mecanismos para prevenir a impunidade dos agressores e promover a responsabilização judicial dos mesmos, contribuindo para a mudança cultural e social necessária para erradicar a violência de gênero em todas as suas formas.

Seu impacto social tem sido profundo e multifacetado, abrangendo diversas dimensões da sociedade, como a proteção das mulheres, a conscientização sobre os direitos delas, a responsabilização de agressores e a criação de novas práticas institucionais para o enfrentamento da violência.

Desde a sua implementação, essa lei tem sido amplamente reconhecida nacional e internacionalmente como um importante instrumento legal na proteção dos direitos das mulheres e no enfrentamento da violência de gênero. No entanto, também é importante reconhecer os desafios e as lacunas na sua aplicação e eficácia, bem como a necessidade contínua de promover a conscientização, a educação e a mobilização social para prevenir e combater a violência contra as mulheres em todas as suas manifestações.

3 APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA E SUA IMPORTÂNCIA JURÍDICA

A Lei Maria da Penha, oficialmente conhecida como Lei 11.340/06 foi criada com o intuito de proteger a mulher da violência doméstica e familiar, tendo ainda no seu contexto a concessão da medida protetiva de urgência para resguardar a integridade da vítima, vez que, ao ser deferida, esta afasta o agressor do seu convívio. Ela foi nomeada em homenagem à Mariada Penha Maia Fernandes, uma mulher brasileira que, após sofrer duas tentativas de feminicídio por parte de seu marido, ficou paraplégica e se tornou uma importante ativista na luta contra a violência de gênero no país.

A Lei Maria da Penha foi aprovada em 07 de Agosto de 2006 e representa um marco importantíssima na legislação brasileira no que diz respeito à proteção das mulheres em situações de violência doméstica e familiar.

Além disso, a referida lei representa na sociedade brasileira uma posição para as mulheres e voz para aquelas que eram esquecidas, que na antiguidade era imposto o papel de reproduzir e cuidar do lar e se fosse preciso eram corrigidas para saberem o seu devido lugar.

A criação da Lei foi importante para transformar o sistema da justiça e da segurança pública, para a criação de delegacias especializadas para mulheres vítimas dessa violência e diminuição do número de casos de violência doméstica e familiar nos anos posteriores ao surgimento da lei, assim como também a diminuição da discriminação e indiferença com o gênero feminino.

A Lei Maria da Penha trouxe diversas outras inovações importantes, incluindo a definição ampliada do que constitui violência doméstica e familiar, a previsão de medidas protetivas para as vítimas, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e a criminalização de diversas formas de violência contra a mulher, como a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Ademais, foram criadas delegacias especializadas, canais de atendimento para a vítima que sofreu algum tipo de violência doméstica e divulgações dos direitos que essas mulheres têm.

Além disso, a Lei Maria da Penha estabeleceu mecanismos para prevenir a impunidade dos agressores e promover a responsabilização judicial dos

mesmos, contribuindo para a mudança cultural e social necessária para erradicar a violência de gênero em todas as suas formas.

Com o passar dos anos, essa Lei se tornou visada por muitas mulheres que sofriam o mesmo que Maria da Penha, mas foi descoberto que em alguns casos o seu uso estava acontecendo de forma indevido. Algumas mulheres utilizavam o poder da sua voz para se vingar do suposto acusado, seja por conta de ciúmes, por alguma traição ou para se beneficiar.

É importante ressaltar que o uso indevido da Lei Maria da Penha não apenas prejudica os homens individualmente, mas também enfraquece a credibilidade do sistema jurídico e compromete a eficácia das leis de proteção contra a violência doméstica, haja visto que a legislação é voltada principalmente para a proteção das mulheres em situações de violência doméstica.

Portanto, é fundamental garantir que todas as acusações sejam investigadas de forma justa e imparcial, respeitando os direitos de todas as partes envolvidas. Além disso, promover a conscientização sobre a importância do uso responsável da legislação é essencial para prevenir abusos e proteger os direitos de todas as pessoas envolvidas em casos de violência doméstica.

Quanto sua aplicabilidade, a Lei Maria da Penha se ramifica em três condições: medida protetiva de urgência, inquérito policial e da ação penal.

Após a mulher vítima de violência doméstica ou familiar fazer a denúncia, a primeira decisão que tem de imediato é a concessão da medida protetiva de urgência. Enquanto isso, os fatos são investigados e posteriormente denunciados para o juízo. A aplicação varia de acordo com suas diretrizes, mas em regra se explica a seguir.

3.1 DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

A medida protetiva de urgência é uma das principais ferramentas da Lei Maria da Penha para proteger mulheres vítimas de violência doméstica de forma imediata, vez que conforme disposto no artigo 18, I da lei 11.340/06 assim dispõe:

Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

Ou seja, a medida protetiva de urgência consiste em uma série de providências que o juiz pode determinar imediatamente após receber a denúncia da vítima ou de seu representante legal, garantindo assim a segurança física, psicológica e patrimonial da vítima, bem como de seus dependentes, em situações de violência doméstica e familiar, enquanto há a averiguação dos fatos pela autoridade policial.

Para haver a análise do pedido, a vítima ou seu representante legal, após sofrer violência, deve procurar a delegacia de polícia para registrar um boletim de ocorrência relatando a violência sofrida. Em seguida, o delegado de polícia pode encaminhar um pedido ao juiz para que este analise a necessidade de aplicar as medidas protetivas.

Sendo deferido o pedido, podem ser determinadas as medidas do afastamento do agressor do lar, a proibição de contato ou aproximação da vítima e de seus familiares, a restrição do porte de armas pelo agressor, entre outras medidas específicas conforme a situação de cada caso.

Além disso, a medida protetiva é um respaldo para que a vítima se sinta segura enquanto não há a conclusão do inquérito, vigorando para que a mesma se sinta segura, bem como mantidas durante o curso da ação penal.

3.2 DO INQUÉRITO POLICIAL

O inquérito policial é uma fase importante do processo legal no Brasil, inclusive nos casos de violência doméstica abrangidos pela Lei Maria da Penha. Aqui está um resumo de como funciona o inquérito policial nesse contexto:

Quando uma mulher é vítima de violência doméstica, ela pode registrar um boletim de ocorrência em uma delegacia de polícia. Após o registro da ocorrência, a autoridade policial responsável analisa as informações apresentadas e decide se há elementos suficientes para instaurar o inquérito policial. O inquérito é um procedimento investigativo conduzido pela polícia para apurar os fatos relatados e colher provas que possam embasar uma eventual denúncia criminal.

Durante o inquérito policial, são realizadas diversas diligências importantes afim de coletar evidências, como depoimentos da vítima, testemunhas e do próprio agressor, além de possíveis laudos periciais, registros de mensagens e imagens que possam ser relevantes para o caso.

Após a conclusão das investigações, a autoridade policial elabora um relatório final do inquérito, reunindo todas as provas e informações coletadas durante o processo investigativo. É importante destacar que o inquérito policial na Lei Maria da Penha visa não apenas a investigação e punição do agressor, mas também a proteção e o suporte à vítima, garantindo seus direitos e promovendo a justiça em casos de violência doméstica.

3.3 DA AÇÃO PENAL

A ação penal na Lei Maria da Penha segue os trâmites gerais previstos no Código de Processo Penal brasileiro, sendo que, caso o Ministério Público ofereça denúncia, inicia-se então a fase judicial do processo, chamada de ação penal, na qual o agressor será processado e julgado pela prática dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Enquanto a ação penal tramita, caso seja verificado que os fatos não ocorreram como a requerida expôs, é julgado improcedente o pedido ministerial para condenação e os autos são arquivados.

4 DAS FALSAS ACUSAÇÕES E O USO INDEVIDO NO DECORRER DOS ANOS

Conforme dito anteriormente, a Lei Maria da Penha foi criada após a luta de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu violência doméstica por parte de seu marido e, devido a isso, representa um marco na luta contra a violência doméstica no Brasil. Assim, o uso indevido dessa legislação, que visa proteger a mulher de abuso praticado pelo seu companheiro, é um problema que convém analisar suas consequências.

Embora a referida lei represente um avanço no que diz respeito a proteção das mulheres, também se observou um aumento nas alegações do uso indevido dessa legislação.

A lei incentivou a criação de uma rede de serviços especializados, composta por delegacias de mulheres, centros de atendimento psicológico, assistentes sociais e unidades de saúde, além de melhorar a capacitação de profissionais, como policiais, juízes e advogados, para lidar com casos de violência de gênero. Isso ajudou a formar uma rede de suporte mais eficaz para as vítimas.

Quando uma mulher (suposta vítima) faz uma denúncia falsa de violência doméstica, isso “descredibiliza” todo o sistema que foi criado para não deixar as vítimas de violência doméstica desamparadas.

Essas falsas acusações podem decorrer de vários motivos, como por exemplo:

- **Manipulação emocional:** Algumas mulheres podem utilizar a lei como uma forma de vingança em desfavor de seu parceiro.
- **Pressão social:** A necessidade de se afirmar como vítima em um contexto social que valoriza essa narrativa.
- **Atritos pessoais:** Em situações de separação ou conflitos familiares.

Além disso, em um mundo globalizado, onde todos estão conectados via internet, existe o ambiente virtual, que possui pessoas onde desconhecem a aplicabilidade correta da referida lei e espalham informações onde a mulher acredita que o que vive é uma violência doméstica, podendo ainda instigar a suposta vítima a praticar atos para que possa conseguir algum benefício em seu favor.

Nesse mesmo contexto:

“Muitas mulheres se aproveitam do direito ofertado pela Lei para beneficiar-se em ação de vingança, baseando-se em sentimentos como mágoa ou raiva deixada após o fim de um relacionamento, muitas vezes criando falsas acusações, mesmo que não haja qualquer delito por parte dos companheiros. Desta forma, nota-se que a lei Maria da Penha, que em outrora foi criada para proteger mulheres frente às agressões masculinas, acabou por dar-lhes também um instrumento contra companheiros inocentes”. (MONTENEGRO, 2015, p. 05).

Porém, essas falsas acusações geram diversas consequências para a vida daquele que é acusado, como por exemplo:

- **Dano à imagem da pessoa acusado:** mesmo sem o devido processo legal, sua reputação perante a sociedade e família são prejudicadas. Além disso, com uma medida protetiva concedida na justiça, a depender da profissão do homem, ele pode até mesmo perder seu emprego, visto sua, suposta, má conduta pessoal. Além disso, com a realidade virtual, onde pessoas dão suas opiniões sem se preocupar com as consequências, fica ainda mais fácil do homem sofrer represálias.
- **Diminuição da credibilidade em denúncias reais:** Mulheres que, de fato, sofrem violência doméstica podem hesitar ou até mesmo desistir de denunciar seu agressor por pensar que não serão ouvidas ou que sua situação será minimizada e, posteriormente, piorar sua situação com seu agressor. É importante destacar que a denúncia falsa não só atrapalha o homem, como também as verdadeiras vítimas de violência doméstica.
- **Morosidade do Poder Judiciário:** O Poder Judiciário brasileiro possui, como principal entrave, a morosidade. Assim, demandas com casos infundados e não verdadeiros pode sobrecarregar o sistema judiciário, desviando recursos e atenção das verdadeiras vítimas, comprometendo a eficiência e a justiça.

4.1 DOS ÍNDICES DAS FALSAS ACUSAÇÕES

Ato contínuo, existe o Projeto de Lei Nº 4.814-A, de 2020 que Altera a Lei nº

11.340 de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal.

No referido projeto de lei, consta a existência do índice comentado pela imprensa de que, em média, ao menos cinco em cada trinta casos em que ocorre o acionamento das medidas de proteção da Lei Maria da Penha, se está diante de mau uso da Lei, isto é, o acionamento da lei sem que haja, de fato, a ocorrência da violência doméstica.

Via de consequência, são casos em que a mulher se beneficia do registro do boletim de ocorrência e a concessão de medidas protetivas para finalidades escusas.

4.2 O IMPACTO SOCIAL E JURÍDICO DAS DENÚNCIAS FALSAS

A criação da Lei Maria da Penha é considerada um “divisor de águas” que representou não somente um avanço jurídico, mas também social, em um cenário historicamente marcado pela violência doméstica, haja vista que a violência contra as mulheres vem sendo praticada ao longo dos séculos e a implantação desta lei é recente.

Por isso, o uso indevido da referida legislação, pode afetar diretamente em sua credibilidade e eficácia, uma vez que, sendo efetuadas denúncias falsas, sob o cunho da Lei Maria da Penha, como principal consequência observa-se um desdém para com as vítimas reais e a depreciação da implantação desta Lei, reduzindo sua eficácia em alguns contextos sociais.

Outrossim, a percepção pública sobre a violência doméstica também é afetada de forma negativa por tais condutas enganosas, levando à banalização da gravidade do problema, reforço de estereótipos negativos e desinformação, comprometendo a compreensão e o combate eficaz à violência.

Destarte, é inadmissível que uma lei seja usada de forma a prejudicar. Portanto, é imprescindível a adoção de medidas preventivas e educativas para coibir o uso indevido da Lei Maria da Penha.

5 EFEITOS NEGATIVOS DO MAL USO DA LEI MARIA DA PENHA

É inegável que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é de suma importância para se combater a violência doméstica, além de buscar garantir a proteção das mulheres brasileiras. Nesse sentido, essa legislação apresenta formas mais rigorosas para combater agressores, porém o seu uso inadequado, como acusações falsas feitas por mulheres a supostos agressores inocentes, têm ocasionado resultados negativos não só a esses homens, mas também a mulheres vítimas de verdade e a toda sociedade.

Inicialmente, é importante se discutir sobre os efeitos negativos e duradouros à reputação dos supostos agressores falsamente acusados, independente do resultado do caso. Acontece que, mesmo depois de serem absolvidos, esses supostos agressores muito das vezes possuem dificuldades em voltar à vida comum profissional e social devido à marca negativa deixada pelas notícias falsas divulgadas ao público acarretando prejuízos diretos e indiretos para familiares, crianças e toda um rede social. Prova disso, foi a publicação de uma notícia de um cidadão residente na cidade de Birigui-SP, que foi inocentado após uma falsa denúncia de estupro, caso em que a Justiça chegou a decretar em favor da suposta vítima as medidas preventivas previstas pela Lei Maria da Penha. Tal situação evidencia como o simples fato de ser acusado pode resultar em diversos prejuízos, sendo os mais comuns a perda de emprego e afastamento social.

Ademais, é inegável o impacto negativo no emocional e psicológico desses homens falsamente acusados. A própria perspectiva de condenação devido ao processo judicial, mesmo sem embasamento verídico, afeta o emocional, os levando a buscar ajuda terapêutica.

Outro aspecto crucial é o impacto jurídico causado pelas falsas acusações, o qual, através da Lei Maria da Penha, usam-se de medidas restritivas que podem afastar o suposto agressor de sua própria casa, filhos e familiares, além de também poder ocasionar na prisão preventiva, sem obrigatoriedade de se ter provas inicialmente eficientes. Isso motiva um ambiente de justiça, onde inocentes são atingidos com perdas pessoais e profissionais que não podem ser revertidas.

Outrossim, salienta-se que o uso inadequado da lei geram efeitos negativos às mulheres que necessitam do direito da proteção, visto que com o

aumento de falsas denúncias, há uma descredibilização nas acusações feitas pelas verdadeiras vítimas de violência doméstica, que as levam a terem dificuldades para serem ouvidas, desencorajando-as a procurar ajuda.

O afastamento dos filhos de seus pais também é um efeito preocupante, onde mães utilizam a criança, filho(a) do casal, como forma de penalização ao ex-companheiro, por meio de denúncias.

Ademais, conforme afirma a psicóloga do TJ Glícia Barbosa de Mattos Brazil (G1,2015): *Na maioria dos casos, a mãe está recém-separada e denuncia o pai para restringir as visitas.* Ela também relata que, por exemplo, nas Varas de Família da Capital de São Paulo, falsas denúncias podem chegar a 80% dos registros. Vale citar que a criança é também atingida, podendo ser afastada do convívio com o próprio pai, gerando ressentimento e ampliando as tensões. Em vez de fomentar um diálogo construtivo para combater a violência doméstica, o abuso da lei pode levar a uma atmosfera de desconfiança e antagonismo.

Em consonância a isso, pode-se analisar o relatório apontado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2019, o qual demonstra que mesmo o número de denúncias falsas sendo pequeno, é o suficiente para mostrar que a lei pode ser burlada, principalmente em prol de seus próprios interesses. Isso resulta no enfraquecimento de todo aparato de proteção e também na concepção da população sobre a violência doméstica, gerando prejuízos aos homens acusados falsamente e as mulheres que realmente sofreram violência e buscam amparos.

Portanto, é de grande necessidade que sejam adotadas providências para se evitar que a Lei Maria da Penha seja usada indevidamente, garantindo que seu real fim principal seja alcançado: proteger as mulheres e combater a violência doméstica.

6 MEDIDAS DE PREVENÇÃO CONTRA O MAU USO DA LEI MARIA DA PENHA E FORMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

O uso indevido da Lei Maria da Penha exige medidas eficazes de prevenção e conscientização.

Para tanto, a utilização de campanhas educativas, programas de conscientização e estratégias de sensibilização, que envolvam tantos os homens, tanto as mulheres, são formas de promover o uso responsável da legislação e evitar eventual uso indevido da Lei Maria da Penha.

Ademais, torna-se fundamental a promoção de campanhas públicas que versem sobre o uso consciente da Lei Maria da Penha, por meio da mídia, televisão e folhetos impressos para ampla divulgação, bem como o desenvolvimento de programas educativos em escolas, com o objetivo de propagar o conhecimento da referida legislação e o seu bom uso, desde cedo, às crianças e adolescentes.

Além disso, no que tange as medidas de prevenção e conscientização, é de total importância que os homens também sejam conhecedores da referida legislação. Para isso, programas de conscientização que envolvam o público masculino em discussões sobre a Lei Maria da Penha e a sua aplicabilidade torna-se primordial.

Convém promover, ainda, ampla divulgação nas redes sociais por parte dos órgãos governamentais, a fim de propagar conteúdos que versem sobre o acionamento correto e consciente da Lei Maria da Penha, bem como acerca do uso indevido da lei e o prejuízo da denúncia caluniosa.

Outra medida para prevenir a utilização com má-fé da referida Lei está nas investigações quando ocorre uma denúncia. Cabe a delegacia e ao judiciário uma forma mais ampla e aprofundada de investigar os casos de possível violência doméstica.

A lei nos traz que o juízo deve ser imparcial, mas, na prática, em maioria não é, principalmente quando se trata de um crime de violência doméstica contra a mulher, gênero considerado “frágil”. As investigações minuciosas são importantes para evitar que homens sejam punidos injustamente.

Por vezes, juízos responsáveis apenas por aquela categoria de crime

está tão acostumado a receber denúncias genéricas que acaba proferindo decisões/sentenças genéricas sem sequer analisar o caso como diferente dos outros.

Ocorre que, por diversas vezes, a simples palavra da vítima é tida como verdadeira. Ora, não é para descredibilizar a vítima, mas sabendo da existência de casos nos quais a mulher faz uma denúncia falsa querendo beneficiar-se injustamente, deveria ser analisado caso por caso e não apenas como mais um genérico.

É importante, também, que haja a capacitação de profissionais que trabalhem nesta área como policiais, peritos, assistentes sociais e delegados para que auxiliem na análise das denúncias de maneira que sejam imparciais e saibam interpretar cada caso para identificar quando há uma denúncia falsa.

Embora a criação da Lei Maria da Penha seja um avanço na legislação, não foi criado um complemento que vise impor qual a sanção para aquela que utiliza essa lei de forma indevida. Há, ainda, casos de falsa denúncia onde a suposta vítima da violência responde pelo crime dos artigos 339 e 340 do Código Penal.

Isto posto, percebe-se que assim como a Lei Maria da Penha foi criada para proteger às mulheres e punir os seus agressores, também deveria ter complementos para aquelas falsas denúncias no âmbito dessa lei, com punições mais severas do que se fossem apenas denúncias comuns.

Por fim, destaca-se a existência de um Projeto de Lei nº 6.198/2023 na Câmara dos Deputados com uma proposta que visa punir aquela(e) que faz uma falsa denúncia de violência doméstica ou familiar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações apresentadas ao longo deste estudo, foi possível observar a importância e os efeitos da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência doméstica e na defesa dos direitos da Mulheres. No entanto, também se notou a urgência em tratar com seriedade o tema das denúncias falsas, que podem comprometer a eficácia da lei, prejudicar pessoas inocentes e sobrecarregar o sistema de justiça. Nesse contexto, é essencial garantir a integridade da Lei Maria da Penha, reconhecendo-a não apenas como um dispositivo legal, mas também como um importante marco na busca pelos direitos femininos. Porém, para assegurar que sua credibilidade se mantenha e que seus propósitos não sejam distorcidos, é vital aprimorar as técnicas de investigação e acelerar as respostas judiciais em casos de acusações infundadas. Essas iniciativas são fundamentais para que as verdadeiras vítimas continuem a receber a proteção adequada, enquanto inocentes são poupados de injustos prejuízos.

A análise realizada mostrou que as falsas acusações acarretam danos tanto aos acusados como às próprias mulheres, que realmente necessitam de apoio. Isto reforça a urgência de medidas preventivas e educativas para desencorajar o abuso da legislação, bem como de campanhas de sensibilização pública para esclarecer o verdadeiro alcance da Lei Maria da Penha.

Além disso, a lentidão do sistema judicial brasileiro foi apontada como um agravante que reduz a rapidez e a eficácia da resolução de conflitos, especialmente em casos de denúncias anônimas. A alocação adequada de recursos e a formação de profissionais qualificados são necessárias para superar este obstáculo e garantir que as instituições responsáveis cumpram o seu papel de forma justa e eficaz.

Por fim, importa referir que este trabalho não procura deslegitimar a luta histórica das mulheres pelos direitos, mas antes contribuir para o fortalecimento da legislação e a promoção de uma justiça mais justa. Proteger a integridade da Lei Maria da Penha, melhorar as respostas judiciais, preservar os avanços alcançados e garantir que a legislação continue a ser uma ferramenta eficaz para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leticia. Lei Maria da Penha não é instrumento de vingança. São Paulo: Aqui e trabalho, 2021. Disponível em: <<https://aquietrabalho.com/lei-maria-da-penha-nao-e-instrumento-de-vinganca/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2024.

ARAUJO, Bárbara Marcela de Villio. Lei Maria da Penha Um estudo sobre mecanismos de proteção à mulher em situação de violência. Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2022. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/27645/1/TCC%20-%20LEI%20MARIA%20DA%20PENHA%20.pdf>>. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

ARAÚJO, Kaio Vinícius Vasconcelos; BEZERRA, Nathalia Alves Ferreira. Denúncia caluniosa na Lei Maria da Penha. Jus, 2020. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/86508/denunciacao-caluniosa-na-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

BRASIL. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Código Penal. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha. Brasília: CNJ, 2013. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2018/06/5514b0debf866190c20610890849e10_1c3f3d621da010274f3d69e6a6d6b7e6.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2024.

CORONEL, Angelo. Senado aprova alteração na definição do crime de denúncia caluniosa. Senado Notícias, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/02/senado-aprova-alteracao-na-definicao-do-crime-de-denunciacao-caluniosa>>. Acesso em: 27 de novembro de 2024.

Denúncias falsas e manipuladas como ferramenta de vantagem na aplicação da

Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2024-abr-30/denuncias-falsas-e-manipuladas-como-ferramenta-de-vantagem-judicial-na-aplicacao-da-lei-maria-da-penha/>> Acesso em: 27 de novembro de 2024.

LEI Maria da Penha garante avanços na luta contra violência doméstica e familiar. Câmara Municipal de São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/lei-maria-da-penha-garante-avancos-na-luta-contraviolencia-domestica-e-familiar-2/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2024.

ROMERO, Amanda. A má utilização da Lei Maria da Penha. Jus Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-ma-utilizacao-da-lei-maria-da-penha/580835727>>. Acesso em: 25 de novembro de 2024.